

PEC da Câmara eleva gasto em até R\$ 4 bi, diz Mansueto

Por Ana Krüger e Fábio Pupo | De Brasília

A proposta de emenda constitucional (PEC) aprovada na Câmara dos Deputados nesta semana aumentará em até R\$ 4 bilhões a despesa anual da União a partir de 2020, segundo cálculos do secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. O montante tem que ficar dentro do cálculo do teto de gastos dos próximos anos.

Mansueto reconhece que a PEC aumenta a despesa obrigatória e engessa ainda mais o Orçamento, o que terá que ser levado em conta no debate da Lei Orçamentária Anual (LOA). As obrigatórias são consideradas por ele o principal componente do desequilíbrio fiscal, que se repetiu no mês de fevereiro. A proposta, que ainda vai ao Senado, torna impositivo todo o orçamento de investimentos e emendas parlamentares.

O déficit primário do mês fechou em R\$ 18,2 bilhões. Apesar do rombo, é o melhor resultado para o mês em quatro anos - mas, mesmo assim, as despesas vão puxar para baixo os números fiscais ao decorrer do ano, principalmente no segundo semestre.

Ainda sobre a PEC, Mansueto foi questionado sobre a crítica que a equipe econômica sofreu no dia anterior do senador Major Olímpio (PSL-SP) - que afirmou não receber "munições" do time do ministro Paulo Guedes (Economia) para a "guerra" no Congresso. O secretário afirmou que o Tesouro tem participado das discussões elaborando pareceres. Porém, a inclusão na pauta e aprovação relâmpago da PEC fizeram com que a avaliação do Tesouro não chegasse a ser demandada.

De qualquer forma, o secretário ponderou que os grandes perigos para o descumprimento da norma constitucional são outros. "O maior risco para o descumprimento do teto de gastos é a não aprovação da reforma da Previdência e o descontrole do reajuste salarial do funcionalismo."

Na visão de Mansueto, a rigidez orçamentária - aumentada pela PEC aprovada - é responsável em grande parte por aumentar o problema dos chamados "empoçamentos" (como são chamados os recursos já destinados aos ministérios, mas ainda não gastos por diferentes motivos).

Até fevereiro, os recursos ficaram concentrados no Ministério da

Saúde - onde sobram atualmente R\$ 3,4 bilhões até fevereiro. "Praticamente tudo é despesa obrigatória", afirma. A sobra possivelmente é explicada por obras ou convênios não executados. "Legalmente não podemos segurar o orçamento da Saúde, pois está no mínimo constitucional", diz.

Mansueto afirma que ao menos a votação mandou um recado. "Ela é um exemplo da velocidade que se aprova uma PEC na Câmara se houver acordo, consenso e base política. Tem uma lição muito grande para o governo, que é um incentivo muito grande de diálogo para nós termos um consenso para a aprovação da reforma previdenciária", disse.

Ele lembrou que quando apresentou-se a proposta de reforma da Previdência no fim de 2016, ainda no governo de Michel Temer, as discussões na Câmara ainda eram sobre se, de fato, havia déficit previdenciário. Mesmo que ainda não haja uma base na Câmara que sustente a aprovação das mudanças na aposentadoria, afirma Mansueto, há hoje "quase consenso" e uma aceitação muito maior por parte da população e de congressistas da necessidade de uma reforma.

Senado tentará reduzir impacto fiscal de PEC do Orçamento impositivo

Por Vandson Lima e Renan Truffi
| De Brasília

O Senado vai promover alterações na proposta de emenda à Constituição (PEC) do Orçamento impositivo para tentar diminuir ou até mesmo anular o impacto fiscal da medida.

A proposta, aprovada na Câmara dos Deputados na terça-feira, insere no texto constitucional o caráter mandatário das emendas de bancada estadual, à razão de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior. Ocorre que, desde 2017, a LDO prevê o percentual obrigatório das emendas coletivas em 0,6% da RCL.

A emenda que está sendo estudada no Senado traria esse percentual aos 0,6% já previstos ou a 0,8%, mas constitucionalizaria a obrigatoriedade.

Com a mudança, o texto teria de voltar à Câmara dos Deputados para nova análise, mas diminuiria o caráter de "pauta-bomba" e contrário aos interesses do governo, avaliam os senadores.

As lideranças da Casa estão de acordo com o procedimento, incluindo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS). O senador Esperidião Amin (PP-SC) foi designado para relatar a matéria e já realizou reuniões ontem com a equipe econômica do governo.

O Valor apurou que Amin gostaria de manter o texto como aprovado na Câmara, fixando as emendas em até 1%. O pedido para que esse percentual seja reduzido para 0,6% é do governo, que teme o impacto da medida no chamado Teto de Gastos. O argumento da equipe econômica é que, a cada 0,1%, o impacto no orçamento é de R\$ 1 bilhão. Nesse embate, a tendência é que os parlamentares pressionem para que 0,8% seja o valor final.

Um estudo realizado pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado apontou que a medida, tal como está, pode colocar em risco o cumprimento do teto dos gastos públicos em 2020.

Pelo texto aprovado, aponta a IFI, o caráter impositivo para as

emendas de bancada representaria a criação de uma nova obrigação constitucional, que poderia atingir R\$ 9,5 bilhões em 2020.

A IFI também apontou que o texto original da PEC foi modificado, fixando-se uma regra de correção baseada no teto de gastos, isto é, a inflação. Assim, da mesma forma que ocorre no caso das emendas individuais, o percentual inicial será observado apenas no primeiro ano. A partir do segundo, os valores nominais das emendas serão corrigidos pela inflação (medida pelo IPCA). Este ponto também está sendo avaliado pelos senadores e está sujeito a modificações.

Por fim, uma emenda apresentada em plenário retirou da PEC o parágrafo que tornava obrigatória a execução das programações orçamentárias que integram as políticas públicas e metas prioritárias. Mas em seu lugar, ficou no texto um conceito genérico que, avaliam técnicos do Senado, estaria sujeito a contestação jurídica. Tal argumentou pesou para que a matéria não fosse colocada em votação no Senado esta semana e recebesse uma análise mais cuidadosa.

Governo tenta mudar proposta que engessa gastos

Guedes se reúne com relator do Orçamento impositivo no Senado. Governistas apresentam emendas ao texto, o que significaria mais tempo de negociação. Se a PEC for alterada, precisa voltar para a Câmara

AMANDAALMEIDA
E DANIEL GULLINO

BRASÍLIA- Depois de ser atropelado na Câmara, o governo agora trabalha para conter, no Senado, os impactos da proposta de emenda à Constituição (PEC) que engessa ainda mais o Orçamento federal. O texto — aprovado pelos deputados em votação-relâmpago no início da semana — torna obrigatória a execução de emendas parlamentares coletivas.

Numa força-tarefa, o ministro da Economia, Paulo Guedes, se reuniu ontem com o relator da PEC no Senado, Esperidião Amin (PP-SC), enquanto governistas apresentaram emendas para alterar o texto, minimizando os efeitos da proposta.

Alterações no Senado também são uma forma de o governo ganhar tempo nas negociações. Isso porque, se o texto for modificado

pelos senadores, ele obrigatoriamente volta à Câmara.

A aposta é que esse retorno ocorrerá num clima melhor entre Planalto e Congresso do que quando foi votado em dois turnos pelos deputados na última terça-feira, horas depois de Guedes cancelar sua ida à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa para falar sobre a reforma da Previdência.

MENOR VALOR
DE EMENDAS

Amin admitiu que pode aceitar mudanças na PEC. Ele foi um dos signatários do projeto na Câmara, mas lembrou que o texto sofreu alterações que o deixaram “obscuro”.

— Quero entender essas mudanças. Não posso dizer com clareza que haverá alterações. Mas esse negócio de votar do jeito que chegou não existe — disse ele, destacando que já recebeu quatro emendas ao projeto.

O combinado é que Amin apresente o relatório na CCJ do Senado na quarta-feira, para, no mesmo dia, ser votado no plenário. Segundo o senador, Guedes disse

que está conhecendo o projeto e, depois de análise técnica, dará a posição do governo sobre ele.

— Temos de analisar com cuidado. Não é derrotando o governo que estamos sendo responsáveis — disse o relator.

Uma das emendas já apresentadas é considerada fundamental pela equipe econômica. De autoria do senador Major Olímpio (PSL-SP), ela reduz o valor das emendas de bancada de parlamentares que se tornam de execução obrigatória. O texto aprovado na Câmara diz que esse montante deve ser de até 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

No entanto, a proposta de Olímpio é que o percentual caia para 0,65%. “Estabelecer 1% da receita para as emendas de bancada no atual cenário de déficit orçamentário é exercer uma pressão grande nas contas públicas, o que pode contribuir com o aumento do endividamento público, além de engessar ainda mais os poucos recursos discricionários existentes nos orçamentos anuais”, explicou o senador em sua justificativa.

Bolsonaro e Maia selam pacificação e tratam crise como página virada

Após farpas, representantes de Planalto e Congresso adotam tom conciliador; presidente da Câmara se encontra com Moro e Guedes

Talita Fernandes, Angela Boldrin e Thiago Resende

Brasília- Na véspera da visita oficial de três dias do presidente Jair Bolsonaro a Israel, uma citação da velha política foi desencavada para explicar o arrefecimento do conflito entre o Planalto e a Câmara: “A crise vai viajar”.

Nesta quinta-feira (28), o clima tenso que marcou a relação entre o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), e Bolsonaro nos últimos dias foi substituído por um esforço de pacificação.

Depois da intensa troca de farpas públicas ao longo da quarta (27), com Maia acusando o presidente de estar “brincando de governar”, bombeiros de lado alado foram acionados para estancar a crise.

Comisso, as declarações tiveram um tom conciliador e ambos trataram a crise como “página virada”. A guinada se deu depois de uma

reação negativa na opinião pública e no mercado, com a disparada do dólar acima dos R\$ 4 e queda da Bolsa de Valores.

Além disso, como efeito colateral da deterioração da relação, a Câmara impusera uma derrota ao governo ao aprovar de forma célere uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que retirou poder do Executivo sobre o Orçamento.

A tentativa de pacificação ocorre no momento em que a Casa preparava outros recados para enviar ao governo na próxima semana.

Com a bandeira branca do Planalto, porém, líderes do centrão, aglomerado de partidos que não se alinharam automaticamente ao Planalto, afirmam que devem esperar novos movimentos para decidir como agir. Não estão descartadas novas retaliações.

Ao deixar um evento em comemoração do aniversário da Justiça Militar, na manhã de quinta, Bolsonaro comparou o desentendimento com o deputado a uma “chuva de verão” e disse que o sol havia voltado a brilhar.

“Para mim isso foi uma chuva de verão, o sol está lindo e o Brasil está acima de nós.”

Maia não compareceu ao evento, para o qual havia sido convidado. Questionado sobre a ausência do deputado no evento, Bolsonaro disse desconhecer os motivos, mas mostrou-se aberto ao diálogo.

“Estou à disposição do Rodrigo Maia, como eu disse, o Brasil está acima de nós. Não tem problema nenhum e vamos em frente”, afirmou. Bolsonaro embarca no sábado (30) para Israel.

No esforço de apurar o governo, Bolsonaro comentou o encontro ocorrido na mesma manhã desta quinta entre o deputado do DEM e o ministro Sergio Moro (Justiça e Segurança Pública).

Na conversa, da qual a líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), também participou, foram apaziguados os ânimos entre os dois.

Na semana passada, Maia criticou Moro, chamando-o de forma pejorativa de “funcionário do Bolsonaro”. O dirigente da Câmara ficara irritado com cobranças feitas





a ele pelo ministro para que o pacote anticrime ganhasse velocidade na Casa.

“Ele falou que esteve com Maia, uma conversa muito saudável, muito amigável, tudo bem. É assim a nossa vida, de vez em quando há alguns percalços, mas não podemos esquecer o que nós representamos”, afirmou Bolsonaro.

Apesar de tratar o tema como “página virada”, o presidente ponderou que outros problemas “virão com toda certeza”. “Outros problemas acontecerão com toda certeza, mas pode ter certeza: na minha cabeça e na dele, Brasil acima de tudo, e Deus acima de todos “, afirmou, repetindo seu slogan de campanha.

À tarde, o presidente da Câmara

se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes, numa tentativa de melhoria da relação e de priorização da votação da reforma da Previdência, considerada crucial pelo governo.

Também passou pelo tom de pacificação as comemorações do dia 31 de março, quando serão completados 55 anos do golpe que deu início a uma ditadura no Brasil, em 1964.

No início da semana, o porta-voz do governo, general Rêgo Barros, havia dito que Bolsonaro determinou ao Ministério da Defesa, as “comemorações devidas” à data.

Nesta quinta, diante de reações negativas, Bolsonaro disse que não serão comemorações, mas sim “rememorações” e revisões de atos

que foram bons e ruins no episódio.

A decomposição da relação de Maia com o Planalto foi desencadeada pelas reiteradas críticas de Bolsonaro à “velha política”. O presidente disse em entrevistas e pronunciamentos que estava sendo pressionado a ceder cargos para partidos em troca de apoio político.

Também incomodou o deputado o fato de Bolsonaro ter levado uma comitiva de 15 ministros a um churrasco para o qual foi convidado por Maia, no dia 15. Parlamentares viram no gesto dele um ato de desconfiança. O objetivo do deputado era fazer uma reunião menor, apenas com os chefes dos três Poderes.





Atritos entre Bolsonaro, Maia e Moro



Jair Bolsonaro
presidente
da República

ANTES



Os atritos que acontecem no momento, mesmo eu estando calado e fora do Brasil, acontecem na política lá dentro porque alguns, não são todos, não querem largar a velha política

em 23.mar

AGORA



Página virada, um abraço pro Rodrigo Maia, o Brasil está acima de tudo, vamos em frente, acontece, é uma chuva de verão

em 28.mar



Rodrigo Maia
presidente
da Câmara



15 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza e o presidente brincando de presidir o Brasil

em 27.mar



Isso [bate-boca] é assunto encerrado (...) É preciso deixar claro que nosso foco vai ser sempre aprovar as reformas do Brasil

em 28.mar





Sergio Moro
ministro
da Justiça



Talvez alguns entendam que o combate ao crime pode ser adiado indefinidamente, mas o povo brasileiro não aguenta mais
em 20.mar



Foram ruídos de declarações na semana passada. Isso não implica em mudança de relacionamento, tenho um grande respeito pelo presidente **Rodrigo Maia**
em 28.mar

Senado vai alterar PEC do Orçamento para evitar aumento das despesas

Texto aprovado na Câmara eleva de 0,6% para 1% o percentual da receita líquida obrigatoriamente destinado para as emendas

Daniel Carvalho, Mariana Carneiro e Thiago Resende

A pedido do governo, o Senado fará uma alteração na proposta de emenda à Constituição que retira do Executivo poder sobre o Orçamento. Com isso, a PEC — que aprovada no Senado seria logo promulgada — terá que retornar à Câmara.

Depois da votação na Câmara na terça-feira (26), quando o Palácio do Planalto foi derrotado com apoio do próprio partido do presidente Jair Bolsonaro (PSL), técnicos identificaram que, além de colocar na Constituição a obrigatoriedade do pagamento das emendas de bancada (hoje, elas já são impositivas, mas isso não está na Constituição), a PEC do Orçamento aumenta as despesas do governo.

Atualmente, o percentual obrigatório das emendas coletivas está fixado em 0,6% da RCL (Receita Corrente Liquidada texto que saiu da Câmara nesta semana eleva este percentual para 1% no

primeiro ano, o que representaria um aumento de R\$ 4 bilhões. A partir do segundo ano, o valor alocado em emendas será corrigido pela inflação.

Apesar de o impacto ser considerado pequeno por aliados do governo, o problema identificado por eles é que esta PEC vai na contramão das bandeiras de desvinculação e de austeridade defendidas pelo Ministério da Economia.

O governo defende que este percentual seja de, no máximo, 0,8%.

Embora tenha reconhecido o problema, o ministro Paulo Guedes (Economia) disse nesta quarta-feira (27) que a PEC tem um aspecto positivo que é descentralizar recursos da União para bancar ações em estados e municípios.

O relator da proposta na CCJ (comissão de Constituição e Justiça) do Senado, Esperidião Amin (PP-SC), começou a trabalhar no texto nesta quinta-feira (28) e diz ainda não ter ideia de que percentual adotará.

Ele também disse não poder garantir que o texto será aprovado na comissão na quarta que vem (3) e, no mesmo dia, ser votado em

plenário.

“Não posso proibir ninguém de pedir vista. Estou trabalhando para entregar o relatório até quarta-feira”, afirmou.

O ministro Paulo Guedes (Economia) se reuniu nesta quinta-feira (28) com Amin para entender os possíveis efeitos negativos.

Uma das dificuldades listadas é que, a proposta é de 2015, quando não havia o teto de gastos — aprovado no governo do ex-presidente Michel Temer para controlar o aumento de despesas públicas.

“Está PEC [a do Orçamento impositivo] é anterior”, disse o relator, sem dar mais informações sobre eventuais problemas que seriam causados pela expansão do engessamento do Orçamento. Ele também não disse se o ministro está preocupado com essa questão.

O encontro foi um pedido de Guedes, que, diante de problemas na articulação política, também deve intensificar o contato com bancadas partidárias da Câmara para defender a proposta de reforma da Previdência.

Fadiga de reforma

NELSON BARBOSA

O governo passa por mais uma semana turbulenta, com ruídos entre Executivo e Legislativo, além das bizarrices dos ministros de sempre e, agora, também do próprio presidente (1964 foi golpe, e o que veio depois, ditadura).

Apesar desse contexto caótico, hoje volto à questão da Previdência para falar de um risco real e imediato: a fadiga de reforma, isto é, o risco de que a perspectiva de reformas fiscais em série sem nenhum benefício palpável e imediato para a população inviabilize as mudanças necessárias na economia.

Todos os economistas sabem que a reforma das aposentadorias é necessária, mas não suficiente, para resolver nosso desequilíbrio orçamentário.

Também será preciso fazer mudanças graduais em outros gastos, como a remuneração de servidores, e, mais importante, recuperar a arrecadação com ações que cobrem mais tributos dos ricos

e menos dos pobres.

A maioria dos economistas também sabe que a reforma da Previdência tem impacto gradual sobre a economia e, provavelmente, seu efeito imediato será recessivo. Por quê? Porque haverá redução do consumo em face do aumento de contribuições e da perspectiva de que é preciso poupar mais para garantir a mesma aposentadoria no futuro.

Teoricamente, a expectativa de melhora das contas públicas trazida pelas mudanças na Previdência pode atenuar seu impacto negativo sobre o consumo via redução da taxa de juros e aumento do investimento.

Na prática, esse efeito demora a se materializar, sobretudo no contexto atual de lento crescimento, ruídos em série vindos do Planalto e do Banco Central relutante em corrigir a política monetária que herdou do governo anterior.

Mas vamos em frente. Mesmo diante dos impactos provavelmente

recessivos da reforma da Previdência no curto prazo, é necessário fazê-la para garantir a sustentabilidade de nosso sistema de aposentadorias no futuro.

Porém, como convencer as pessoas disso?

Do ponto de vista econômico e político, o ideal seria que as mudanças das regras de aposentadoria fossem acompanhadas de medidas compensatórias para acelerar a recuperação da economia.

Por exemplo, a aprovação da reforma da Previdência poderia ser acompanhada de aumento do investimento público, sobretudo em desenvolvimento urbano (transporte, saneamento e habitação), para acelerar o crescimento da renda e emprego de modo sustentável.

Infelizmente, devido ao teto de gasto e às metas de resultado primário vigentes, o governo foi na direção oposta.





Na semana passada, o Executivo anunciou mais um contingenciamento de gastos discricionários, em aproximadamente R\$ 30 bilhões (0,4% do PIB), o que deve reduzir ainda mais o investimento público.

Combinar arrocho fiscal permanente com reformas impopulares em série contribui para diminuir a viabilidade da estratégia de ajuste fiscal em uma democracia.

No jargão popular, se esticar demais, a corda arrebenta.

Pouco adianta que nós, economistas, apontemos os benefícios de longo prazo das reformas, que existem, quando a maioria da população está insegura sobre emprego e renda.

Adaptando o que disse um político dos EUA recentemente: primeiro temos que tirar a bota do pescoço da população, pois é difícil pedir que alguém pense no longo prazo quando a pessoa tem dificuldade para fechar as contas no curto prazo.

Reformas fiscais são necessárias, mas elas só serão viáveis se forem acompanhadas de flexibilização fiscal no curto prazo.

Nos últimos anos temos tentado fazer ajustes radicais e rápidos, falhando em todas as tentativas. Melhor tentar algo diferente.

PEC do Orçamento pode mudar para respeitar teto de gastos

Adriana Fernandes
Teo Cury / BRASÍLIA

O Senado Federal começou a negociar com a equipe econômica uma flexibilização no texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que engessa ainda mais o Orçamento para preservar o teto de gastos, mecanismo que limita as despesas à inflação. Em entrevista ao Estado, a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Simone Tebet (MDB-MS), informou que a ideia é incluir na PEC um gatilho para que o pagamento das emendas das bancadas estaduais seja feito até o limite do teto de gastos, explicou Simone. Na sua avaliação, será uma espécie de amortecedor para não causar problemas ao cumprimento dessa regra fiscal aprovada no governo do ex-presidente Michel Temer.

Simone indicou o senador Esperidião Amim (PP-SC) para relatar a PEC na próxima quarta-feira na CCJ. Se houver mudanças no texto, a proposta terá de retornar para a Câmara. “É uma engenharia para adequação do texto”, explicou ela, destacando que o ajuste é necessário também

para não prejudicar as despesas discricionárias (as não obrigatórias, como pagamento de aluguel e confecção de passaporte), que de alguma forma, atendem a investimentos nos Estados e municípios. A PEC foi aprovada pela Câmara em votação relâmpago. A proposta insere no texto o caráter mandatório das emendas de bancada estadual, à razão de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior ao início de vigência da PEC. Uma das propostas em discussão é reduzir esse percentual até 0,8%.

Simone ressaltou que hoje já é obrigatório o pagamento de 0,6% da RCL, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Com a proposta, a obrigação fica prevista na Constituição. O senadores querem aprovar a proposta com emendas e, no mesmo dia, levar ao plenário da Casa. Caso seja aprovada com mudanças, deverá voltar à Câmara. “Estamos reunidos. Seis colaboradores da melhor qualidade dissecando a emenda, confrontando com outros textos que a gente tem conhecimento. Não quero fazer previsão, mas acho muito difícil aprovar esse texto mansamente. Deve haver debate”, disse Amim.

CONJUNTURA »**Rombo de R\$ 18,3 bilhões em fevereiro**

GABRIEL PONTE*



Mansueto: orçamento impositivo dá mais rigidez às contas públicas

Com os gastos obrigatórios engolindo o setor público, o Senado vai se debruçar sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do orçamento impositivo, uma espécie de pauta-bomba que vai gerar um aumento de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões nas despesas da União, segundo o Tesouro Nacional. O tema foi aprovado pela Câmara dos Deputados e cria um arrocho nas contas públicas do governo federal, que já estão deterioradas. Ontem, o

órgão divulgou que o rombo atingiu R\$ 18,274 bilhões no resultado primário de fevereiro.

As despesas obrigatórias no Orçamento representam mais de 90% de tudo o que é pago pelo Executivo, sendo que quase 70% do total são gastos com aposentadorias e salários de servidores. Na prática, sobram poucos recursos para aplicação em outras áreas e, segundo o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, a PEC torna o orçamento mais rígido, mas não deve afetar o teto dos gastos, uma vez que as perdas terão que ser acomodadas em outras áreas. “Não significa que será simples”, admitiu.

Por conta desses pagamentos obrigatórios, o governo federal registra deficits consecutivos nas contas públicas desde 2014, com previsão de cessar apenas em 2022. A equipe econômica calculou um rombo de R\$ 122,2 bilhões nos últimos 12 meses até fevereiro. Analistas do mercado acreditam que ficará em R\$ 98 bilhões, segundo o relatório Prisma Fiscal.

Os gastos discricionários (não obrigatórios) estão no menor nível em mais de uma década. Isso porque a equipe econômica anunciou, neste mês, o contingenciamento de R\$

29,8 bilhões para cumprir a meta fiscal, de R\$ 139 bilhões. Enquanto as despesas obrigatórias giram em torno de R\$ 1,25 bilhão, as discricionárias somaram R\$ 131 bilhões. Ou seja, com o corte feito no Orçamento, cairá para pouco mais de R\$ 101 bilhões — o menor nível desde 2008.

O Orçamento cada vez mais apertado reflete esse aumento de gasto do setor público e afeta os estados. Com as contas quebradas, os governadores pedem socorro ao ministro da Economia, Paulo Guedes, para conseguir administrar. Segundo Mansueto Almeida, do governo tem hoje um limite para garantia de empréstimos para estados em torno de R\$ 10 bilhões.

O secretário ressaltou que os governadores demandam financiamento com garantia da União. “Os bancos privados têm disposição muito grande para emprestar a estados, mais do que se deveria”, afirmou. Segundo Mansueto, os estados com nota de crédito C — definida pelo Tesouro — têm um nível de endividamento baixo e não possuem problemas para obter financiamentos. (HF)

* Estagiário sob supervisão de Rozane Oliveira